



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AMBIENTAL

**ASSOCIATIVISMO E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS DO SERTÃO PARAIBANO**

Alesca Barbosa Rodrigues
Orientador: Dr. Roberto de Sousa Miranda

**DIGITALIZAÇÃO
SISTEMOTECA - UFCC**

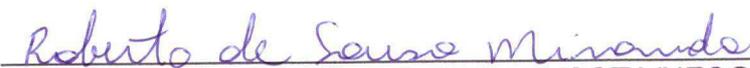
POMBAL (PB)
2012

ALESCA BARBOSA RODRIGUES

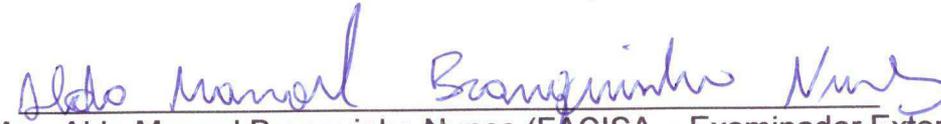
**ASSOCIATIVISMO E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS NO SERTÃO PARAIBANO**

Monografia apresentada em: 16 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Roberto de Sousa Miranda (UACTA/CCTA/UFMG – Orientador)


Profa. Dra. Patrícia Herminio Cunha Feitosa (UAEC/CTRN/UFMG -
Examinadora Interna)


Prof. Msc. Aldo Manoel Branquinho Nunes (FACISA – Examinador Externo)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DA UFCG
CAMPUS DE POMBAL

R696A

Rodrigues, Alesca Barbosa

Associativismo de práticas ambientais sustentáveis em
assentamentos rurais do Sertão paraibano / Alesca Barbosa
Rodrigues. – Pombal-PB: UFCG, 2012.

45f.: il.

Referências

Monografia (Bacharelado em Engenharia Ambiental) –
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e
Tecnologia Agroalimentar.

Orientador: Roberto de Sousa Miranda

1. Instituições. 2. Recursos Naturais. 3. Desenvolvimento
Sustentável. 4. Associativismo. I. Miranda, Roberto de Sousa. II. Título

UFCG/CCTA

CDU – 502/504 (813.3)(043)

ALESCA BARBOSA RODRIGUES

**ASSOCIATIVISMO E PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS EM
ASSENTAMENTOS RURAIS DO SERTÃO PARAIBANO**

Monografia apresentada ao curso de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de diploma de Bacharel em Engenharia Ambiental.

Orientador: Roberto de Sousa Miranda

POMBAL (PB)
2012

Aos meus pais
Antônio e Lucielma

AGRADECIMENTOS

A Deus, que se mostrou criador, que foi criativo. Deu-me coragem para enfrentar as dificuldades.

A meus irmãos, Rodrigo e Romário, minha cunhada Gloriete e minha sobrinha Ryanna. Com vocês as dificuldades ficaram pequenas.

À Aristodemo, obrigado pelo carinho e paciência, e tudo que fez por mim, serei eternamente grata.

Aos meus avós, tios e primos. Alicerce de minha vida.

Aos meus amigos de projeto, Roaga, Zezinho e Ellanya, pelas alegrias.

A meus colegas de curso, Arthur, Antônio, Edilândia, Elisângela, Raphaele, Tatiane, Ítala e Iury pelo carinho, pois foi nesse meio que aprendi o valor da amizade, foi aqui onde aprendi a refletir e duvidar e jamais pensar que a vida é fácil.

Aos professores da UACTA pelos conhecimentos compartilhados, os quais fomentarão na minha vida profissional a busca de novos horizontes.

Um agradecimento especial a Everton, em nome do qual saúdo todos os funcionários do Campus de Pombal, pela dedicação nos serviços prestados.

Ao Professor Roberto Miranda, a quem dedico autoria principal na minha formação, por acreditar na minha capacidade e pelos valiosos conselhos.

À professora Patrícia Hermínio, por seus ensinamentos, paciência e confiança ao longo de nossa convivência. É um prazer tê-la na banca examinadora.

Ao professor Aldo Branquinho, meus agradecimentos por aceitar participar da banca examinadora.

Aos todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximo de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

RESUMO

O trabalho analisou o associativismo e as práticas ambientais desenvolvidas nos assentamentos São João II, projeto financiado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, e Jacu, implementados pelo INCRA, ambos localizados no município de Pombal (PB). A pesquisa baseou-se na coleta de dados a partir da aplicação de questionários, a todas as famílias assentadas. Os questionários abordavam informações pessoais dos assentados, dados gerais do assentamento e a dinâmica associativa dos assentamentos, além de observações da vivência diária dos assentados e seus familiares. Os resultados apontaram a importância das práticas associativas como alternativa ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Instituições; Recursos Naturais; Desenvolvimento Sustentável; Associativismo.

ABSTRACT

The work analyzed the associationism and environmental practices developed in the settlements São João II, project financed by National Program of Credit Agrarian Land Credit, and Jacu, implemented by INCRA, both located in the municipality of Pombal (PB). The research was based on data collected from questionnaires, to all families settled. The questionnaire covered personal information of the settlers, general data of the associative dynamics of settlement and settlement, besides observations of the lives daily rate of those seated and their relatives. The results indicate the importance of associative practices as an alternative to sustainable development.

Key-words: Institutions; Natural Resources; Sustainable Development; Associationism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Base de subsistência familiar do assentamento São João II.....	24
Gráfico 2 – Base de subsistência familiar do assentamento Jacu	24
Gráfico 3 – Acesso a assistência técnica no assentamento São João II	25
Gráfico 4 – Acesso a assistência técnica no assentamento Jacu.....	25
Gráfico 5 – Uso de Agrotóxico no assentamento São João II.....	26
Gráfico 6 – Uso de Agrotóxico no assentamento Jacu	26
Gráfico 7 – Destinação das embalagens de agrotóxicos no assentamento Jacu	27
Gráfico 8 – Destinação das embalagens de agrotóxicos no assentamento São João II	27
Gráfico 9 – Alternativa para o controle de pragas no assentamento São João II.....	28
Gráfico 10 – Alternativa para o controle de pragas no assentamento Jacu	28
Gráfico 11 – Existência de conflitos ambientais no assentamento São João II	29
Gráfico 12 – Existência de conflitos ambientais no assentamento Jacu	29
Gráfico 13 – Grau de importância da associação dentro do assentamento São João II.....	30
Gráfico 14 – Participação em atividades da associação no assentamento São João II	30
Gráfico 15 – Grau de importância da associação dentro do assentamento Jacu Erro! Indicador não definido.	
Gráfico 16 – Participação em atividades da associação no assentamento Jacu	31

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Rio Piranhas, principal fonte de água do assentamento São João II.....	42
Foto 2 – Animais criados de forma extensiva.....	42
Foto 3 – Processo erosivo no assentamento São João II.....	43
Foto 4 – Disposição inadequada de resíduos sólidos no assentamento Jacu	43
Foto 5 – Reunião com moradores no assentamento Jacu.....	44
Foto 6 – Reunião com moradores do assentamento São João II	44
Foto 7 – Mutirão para coleta de resíduos sólidos no assentamento Jacu.....	45
Foto 8 – Capacitação em compostagem no assentamento São João II	45

LISTA DE SIGLAS

CAASP – Central de Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FACISA – Faculdade de Ciências Sociais Aplicada

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CCTA – Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar

CTRN – Centro de Tecnologia e Recursos Naturais

UACTA – Unidade Acadêmica de Ciências e Tecnologia Ambiental

UAEC – Unidade Acadêmica de Engenharia Civil

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
AS PRÁTICAS ASSOCIATIVISTAS E AS MUDANÇAS AMBIENTAIS	17
CAPÍTULO II	
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS.....	22
2.1 Estruturas organizacionais dos Assentamentos do INCRA e do Crédito Fundiário.....	22
2.2 Caracterização dos Assentamentos	23
CAPÍTULO III	
ESTRATÉGIAS VOLTADAS ÀS PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
ANEXOS	41

INTRODUÇÃO

A proposta dessa monografia é analisar as práticas associativas em assentamentos rurais do município de Pombal (PB), enquanto mecanismos que regulamentem e regulem o acesso e uso dos recursos naturais apropriados coletivamente e possibilite a realização de ações coletivas destinadas à aquisição de benefícios comuns. Portanto, partimos do pressuposto que os arranjos institucionais (formais e informais) são indispensáveis para o desenvolvimento local sustentável ao evitar o uso predatório dos recursos naturais.

As sociedades humanas em áreas urbanas ou rurais sempre buscam promover alguma forma de desenvolvimento para uma região, causando impactos ao ambiente em que vivem. Exemplos desses impactos são vistos no uso inadequado do solo e da água com consequência no desmatamento e de outras atividades desenvolvidas no meio. As preocupações com o ambiente, em geral, e com o solo e a água, em particular, adquirem especial importância, pois as demandas estão se tornando cada vez maiores, em virtude do crescimento da população e do maior uso desses recursos.

A apropriação coletiva dos recursos naturais, neste sentido, tem se colocado como importante tema de debate acadêmico e político, e a realização de ações coletivas coordenadas que procure regular e monitorar o uso desses recursos são o grande desafio que se coloca para as famílias que vivem em assentamentos rurais do Semiárido nordestino (MIRANDA, 2007).

A integração das práticas associativas locais ao gerenciamento dos recursos naturais é importante para a formulação de estratégias para preservação ambiental. A boa ordenação para a utilização destes recursos tem importância crítica para a qualidade de vida da população e dos ecossistemas que mantêm a diversidade biológica, e ainda para a implantação de projetos de infraestrutura.

Uma alteração na forma de uso e ocupação das terras pode vir a ocasionar uma rápida mudança da paisagem e acelerar ainda mais mudanças ambientais. A instalação de assentamentos rurais de reforma agrária gera uma modificação na estrutura fundiária existente, o que conduz a impactos positivos e negativos ao ambiente, associados a uma série de fatores socioeconômicos e culturais.

A questão da propriedade da terra esteve em constante debate na história do Brasil. O processo de modernização da agricultura iniciado nos anos 1960 provocou inovações produtivas e aumentou as desigualdades sociais no campo, ao modernizarem o latifúndio em detrimento das pequenas atividades agropecuárias (PALMEIRA, 1989). Por sua vez, as propostas de reforma agrária iniciadas na segunda metade dos anos 1980 buscaram a redistribuição da propriedade da terra como medida de justiça social (SILVA, 2009).

A reforma agrária se define como um conjunto de relações e sistemas em que os elementos construtivos dependem da junção de múltiplas instituições que possam estar supostamente comprometidas com a política agrária. O sucesso da reforma agrária encontra-se no êxito da redução do monopólio da terra, e o acesso proporcionado aos pequenos trabalhadores que nela queiram trabalhar. Este modelo de reforma agrária redistributiva transforma a agricultura familiar em um novo modelo, capaz de desenvolver-se economicamente e conservar os recursos naturais.

A criação de assentamentos rurais tem promovido maior inserção social para muitas famílias sem recursos financeiros, entretanto há fatores que impedem a concretização de uma reforma agrária efetiva, com a emancipação dos assentados rurais, o que está associado à estrutura fundiária do Brasil, que se mantém concentradora; a ausência de políticas públicas que subsidiem o desenvolvimento socioeconômico das famílias de pequenos agricultores; a falta de recurso financeiro e a carência de assistência técnica (MATUK et al., 2009).

Matuket al. (2009), coloca que além destes fatores, que têm influenciado a criação do espaço pelos assentados rurais, há, atualmente, exigências com relação ao uso dos recursos naturais dentro da área dos assentamentos durante sua implantação, que em muitos casos engessam as atividades produtivas. Além disso, o agravamento de problemas ambientais tem impulsionado uma discussão de nível internacional voltada para a atenuação dos impactos ambientais e custos sociais provocados pelo desenvolvimento capitalista.

Na luta pela sobrevivência diária o agricultor busca saciar sua fome e sede com os meios e conhecimentos disponíveis. O interesse individual predominou no uso dos recursos naturais. A maximização do resultado individual levou à degradação dos recursos naturais. Tal postura não se restringe à subsistência de grupos pobres, mas reflete o imediatismo da exploração capitalista dos recursos naturais, com reflexos diretos na degradação do ambiente (ABREU, 2004).

Neste contexto, fazendo uma aplicação das contribuições de ELSTER (1994), pode-se destacar que as instituições sociais nos assentamentos possibilitam o empreendimento de ações coletivas coordenadas, que possibilitam a interação entre assentados e o Estado e as diferentes esferas que envolvem a formação de um assentamento, fomentando os arranjos institucionais que garantem a superação dos dilemas sociais que refletem as características resultantes da luta pela democratização do acesso a terra.

Com a criação dos assentamentos rurais, a vida das famílias assume uma nova dinâmica. Novos espaços e redes sociais são construídos, reconstruídos ou estabelecidos, com o surgimento de novas formas de organização, que podem ser ou não continuidades do processo de luta pela terra. Além disso, novas demandas se criam, especialmente referentes às negociações com os agentes de governo para a obtenção de créditos e infraestrutura (LEITE et al., 2004).

As associações constituem a forma predominante de representação dos assentados, “pelo simples fato de que são uma espécie de ‘exigência’ do Estado: elas são a ‘personalidade jurídica’ do assentamento e sua presença é quase obrigatória para o repasse de créditos” (LEITE et al., 2004:113). Lopes et al. (2004) ressaltam que as formas de organização encontradas nos assentamentos rurais de Sergipe tinham como característica terem sido constituídas através da intervenção direta do Estado, por meio dos técnicos que prestavam assistência.

A visão das associações e cooperativas como elementos de inserção das famílias assentadas num espaço geográfico, social, econômico e político emerge como a forma dominante de tratamento dessas instituições entre os pesquisadores que debatem as políticas de criação de assentamentos rurais no Brasil (BERGAMASCO, 2004; FERNÁNDEZ e FERREIRA, 2004; LOPES et al., 2004; NEVES, 1997; ROCHA e APEL, 1992). Nessa perspectiva, associações e cooperativas são instrumentos de mediação e interlocução que refletem uma forma de organização social, produtiva e de uso dos regimes naturais.

Moreira (1998, p. 171-172) assinala que as noções de agricultor familiar e assentamentos rurais implicam processos sociais distintos. Enquanto a agricultura familiar se refere a “formas sociais já constituídas”, portanto integradas e sujeitas à lógica desta integração, a ideia de assentamentos rurais está relacionada a um processo social e político de acesso a terra e de “construção de novas formas sociais” de organização espacial, social e produtiva.

METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

As unidades de estudo foram dois assentamentos localizados na região Oeste do Estado da Paraíba, Mesorregião do Sertão paraibano e Microrregião de Sousa. Sua vegetação é composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta caducifólia. O clima é o AW', segundo a classificação de Koppen, semiárido, com chuvas de verão e outono e a precipitação média anual de 800 mm, apresenta forte variabilidade intra-anual, sendo os meses de fevereiro, março e abril os mais chuvosos, concentrando 60% a 80% do total da precipitação anual (MOURA, 2007).

O assentamento São João II, que é um projeto financiado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, possui uma área de 266 hectares, possuindo dois acessos: um pela BR 230 após o perímetro urbano do município de Pombal (PB), percorrendo 9 km, o outro pela BR 427, sentido Pombal–Paulista, totalizando 12 km da sede do município. Situado a margem direita do Rio Piranhas, ao sul dos limites geográficos do município, sua implementação ocorreu há 11 anos, através de aquisição de uma associação de produtores rurais, descendentes de antigos meeiros, com experiência na agricultura. A associação é composta por 15 assentados, sendo que estes ocupam dentro do assentamento uma área individual de 17 hectares.

No assentamento São João II, 20 % da área total são “espaço de reserva legal”, de acordo com a legislação Federal que regula a política ambiental quando se trata de posse e uso da terra no setor rural. O assentamento dispõe de cinco reservatórios de água, entre açudes e tanques de irrigação, além de ser banhado pelo rio Piranhas. A economia do assentamento é baseada na agricultura de subsistência, com o plantio de milho e feijão.

E o assentamento Jacu, implementado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ocupa uma área de 1.340 hectares, localiza-se a 7 km da cidade de Pombal (PB) e está situada a direita da BR 427, sentido Pombal–Paulista. Tem aproximadamente 8 anos de formação e os assentados são representados por uma associação composta por 40 membros. Sua área de reserva legal é de 268 hectares, o que corresponde a 20% do total, atendendo a legislação federal. Existem no assentamento Jacu 6 açudes que são utilizados para consumo animal e humano. A economia do assentamento é baseada na agricultura.

As ferramentas metodológicas adotadas foram: (a) um questionário aplicado a todas as famílias assentadas, com questões fechadas e discursivas, que abrangia os seguintes temas: (1) informações pessoais dos assentados, (2) dados gerais do assentamento, (3) práticas associativas, (4) práticas de manejo dos recursos naturais; (b) documentos relacionados à criação dos assentamentos, (c) referencial teórico no que concerne a temática associativa voltada às práticas ambientais, (d) observação diária da dinâmica organizacional dos assentados.

A observância feita a partir da história de vida, visitas e conversas com os assentados deram qualidade ao processo de constatação/comprovação dos dados que foram coletados, a partir do conhecimento prático na área: social, ambiental, produtiva e econômica que vivenciam. O registro dos dados coletados foi realizado com uso de câmera fotográfica, a pesquisa documental, foi cedida pelas associações dos assentamentos. Para melhor entendimento da caracterização dos assentamentos, os dados coletados foram analisados e representados graficamente.

CAPÍTULO I

AS PRÁTICAS ASSOCIATIVISTAS E AS MUDANÇAS AMBIENTAIS

O estudo das práticas associativistas como ações que possibilitem alcançar interesses comuns e promover o desenvolvimento social em áreas rurais vem se perpetuando ao longo dos tempos. Os trabalhos que se dedicam ao estudo do associativismo, em sua maioria, compartilham a ideia de que as práticas associativistas contribuem para o desenvolvimento local e estabilidade social. A esse respeito Leonello e Cosac (2008, p. 1) destaca:

[...] o associativismo, constituindo-se em exigência histórica para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituem em oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

Assim sendo, o associativismo torna-se o mecanismo que consolida as demandas sociais e que deixa os homens mais próximos da autonomia na promoção do desenvolvimento. De acordo com Canterle (2004), o associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente.

Canterle (2004, p.8) afirma:

[...] o fomento do associativismo como sendo a pedra angular do desenvolvimento cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e até individuais.

Para Bourdieu (2001) as estratégias adotadas pelos sujeitos sociais não devem ser reduzidas à dimensão econômica, tendo em vista que mesmo que objetivamente as ações sejam orientadas para a obtenção do lucro, por meio do êxito na atividade econômica, subjetivamente, estes sujeitos sociais podem contemplar dimensões que ultrapassam a materialidade econômica.

Pode-se entender que na organização de uma associação, mesmo que os produtores familiares visem o lado econômico, indiretamente eles podem alcançar a reprodução social do grupo e, conseqüentemente da dinamização da unidade

familiar que cada sujeito pertence. Isto remete à necessidade de se pensar formas de aproximar os grupos sociais em questão e, reencontrar os projetos políticos e ideológicos destes atores sociais que conduzem o processo produtivo, tendo como principal aliado à força do trabalho familiar.

Incorporando esta análise para a compreensão do associativismo rural, Schneider e Tartaruga (2004), define o desenvolvimento rural como um processo resultante de ações articuladas que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Nesta perspectiva, os autores afirmam que a participação social pode trazer à tona a consciência social dos indivíduos.

O associativismo colabora nas questões de ganhos em todas as etapas da produção rural, além de permitir uma melhor organização das atividades, desde a aquisição de insumos até a etapa de distribuição dos produtos, realizada de forma organizada. A esse respeito Nabozny e Rodrigues (2011) afirmam:

[...] através de grupos organizados dentro das comunidades que se pode propor discutir e reivindicar ações voltadas ao poder público, em um contexto sociocultural, político e econômico, agregado a novos métodos de produção, melhorando a qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias.

Neste sentido, Silva e Barone (2009) assinalam que o associativismo rural pode ser entendido como um instrumento de luta dos pequenos produtores proporcionando a permanência na terra, uma estratégia de resistência social, através do aumento da capacidade de inserir sua produção que geralmente é pequena escala no circuito econômico.

Segundo Borges (1997), a inserção de produtores em associações é um indicador importante, não só porque revela a efetiva intenção de fortalecimento da integração social, mas também, por assumir um caráter político. As associações colocam seus membros em contato com o Estado e a comunidade volta-se para si mesmo na busca de reflexão e solução de seus problemas e de novas possibilidades de desenvolvimento pessoal e coletivo.

Nas investigações sobre o desenvolvimento rural, em sua dimensão de formação do território, Schneider e Tartaruga (2004) afirmam que este é resultado da construção social do espaço que ocorre de forma coletiva e comungada pelos

indivíduos e instituições que demarcam sua presença no território e estabelecem códigos de pertencimento a este.

Para o fortalecimento da territorialidade e a dinamização das associações rurais é necessária a identificação da realidade social, analisando coletivamente os problemas e as potencialidades locais. É fundamental que a participação nos territórios seja elemento de fortalecimento da consciência social dos produtores familiares. É a partir desta consciência social coletiva, que eles poderão se apropriar do espaço a partir de uma perspectiva territorial e o território pode vir a ser uma mediação para a manifestação da reprodução social e econômica destes sujeitos sociais (OLIVEIRA e HESPANHOL, 2010; MORAES e CURADO 2004).

A dimensão socioeconômica de acordo com Schneider e Tartaruga (2004) tomam como referência à unidade de produção familiar e contempla as estratégias produtivas dos agricultores familiares e suas vinculações com atores sociais do território e externos. Aqui, podem ser consideradas múltiplas estratégias que vão desde as agrícolas (agregação de valor, beneficiamento e processamento da produção própria) e até as não agrícolas (como a inserção em mercados de trabalho fora da propriedade, que estimulam o aparecimento da pluriatividade).

No que concerne à organização em assentamentos rurais, Silva e Barone (2009) afirmam que o associativismo emerge como uma alternativa para a comercialização dos produtos agrícolas. A proposta de formação de uma associação, por ser geralmente estranha à prática política dos assentados, suscita a reflexão coletiva. Alguns assentamentos adotaram o associativismo enquanto um plano de organização e gestão da produção controlada pelos próprios trabalhadores.

Levando em consideração à dinâmica das formas sociais de trabalho e produção, focaliza-se, comercialização de seus produtos, propiciando uma renda mensal, a permanência na terra e impactando positivamente os sistemas produtivos locais. Os assentados passam a serem atores econômicos e políticos nas associações de produtores, o que contribui para a permanência das famílias assentadas, sendo as associações capazes de viabilizar uma renda aos assentados.

As relações estabelecidas entre o homem e seu meio mostram-se fortemente mediadas por outros homens e está marcada pela apropriação de objetos e, principalmente, pelos aspectos subjetivos relacionados com a construção de visões de mundo. Neste contexto, as associações podem contribuir para criar uma identidade coletiva, e, também, emergir como campo político ou “espaço público”.

Esses espaços de interações possibilitam o debate, a pluralidade de ideias e pessoas e a identidade grupal (SILVA E BARONE, 2009).

No que se refere à dimensão dos processos de organização social e participação política, Coelho (2008) afirma que a participação ativa em associações concorre para a aquisição de virtudes e competências democráticas, sendo por isso uma pré-condição necessária para a atividade política, e que o processo contemporâneo de construção e ação política caracteriza-se, cada vez mais, pelo envolvimento de múltiplos agentes, e não se restringe, somente, às autoridades governamentais e seus representantes, isto é, às organizações governamentais.

No entanto, esta teoria não é consensual, e há autores que pressupõem precisamente o oposto, Kerstenetzky (2003), por exemplo, aponta através de seus estudos haver um conjunto de problemas, emergentes, sobretudo das relações antigas e íntimas entre apatia política e desigualdades socioeconômicas. Segundo Kerstenetzky (2003, p.132):

Quando as desigualdades socioeconômicas são “duráveis” e elevadas é bem plausível que se repliquem no interior da vida associativa, bem como entre grupos organizados e não organizados, enfraquecendo a habilidade de inclusão política da participação associativa.

A expectativa, pois, é que o associativismo possa reduzir desigualdades políticas, quer diretamente via redução do privatismo e da opacidade dos processos decisórios, característicos da “sociedade política”, quer indiretamente via compressão das desigualdades sociais (Kerstenetzky, 2003).

Para Coelho (2008), embora se registrem reduzidos níveis de participação geral, as associações obtêm impacto positivo na participação democrática e política. Efetivamente, parece existir um impacto sólido na organização social: os membros das associações são melhores democratas, têm mais informação sobre política, demonstram um maior interesse pelos assuntos públicos e são politicamente ativos.

O associativismo reflete as reivindicações dominantes, os processos de desenvolvimento socioeconômico, as relações adjacentes ao Estado, ao mercado ou à comunidade. São raros os autores que tratam o associativismo como mecanismo que pode conduzir às sociedades, sobretudo no meio rural, a conservação e preservação do meio ambiente com promoção do desenvolvimento sustentável.

Busca-se entender a capacidade de organização e participação no universo dos produtores familiares oriundos do processo de luta pela terra – que atualmente se configuram como assentados, onde assegurar condições para o desenvolvimento econômico sem comprometer a sustentabilidade do meio ambiente surge como o grande desafio. A partir desta preocupação emergem as abordagens associativas do desenvolvimento rural, onde a preocupação passaria a ser não somente as interações sociais, políticas, econômicas e institucionais, mas também ambientais.

O associativismo, portanto, seria o caminho para que o agricultor familiar desenvolva o processo socioeconômico, uma vez que se faz necessário à valorização da participação dos assentados nos projetos de gestão ambiental e produtivo. As instituições, que configuram uma forma de associativismo, são determinantes não apenas porque motivam certos tipos de ações, mas também porque limitam o que as pessoas podem fazer. Portanto, seriam as instituições as responsáveis por mediar às relações entre as dimensões social e ecológica (MIRANDA, 2007).

O fenômeno da ação coletiva institucionalizada por meio de associações pode ser interpretado a partir de diversas perspectivas teóricas. Contudo, o que interessa destacar é que na construção dessas perspectivas está embutida a ideia de um modelo de sociedade que luta por igualdade, sustentabilidade, por indivíduos livres, emancipados, verdadeiros donos de seus destinos. Por isso, a participação em associações e organizações, como o associativismo, é salutar para gerar solidariedade social, diminuir os custos políticos e econômicos da vida em sociedade (LEONELLO e COSAC, 2008).

A formação de associações pode assumir-se como uma possibilidade efetiva de os grupos lutarem e afirmarem a sua identidade. As organizações de tipo associativo são o eixo nuclear de qualquer política de desenvolvimento, na medida em que constituem um pilar decisivo na construção de solidariedades, é a expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania (COELHO, 2008).

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS ASSENTAMENTOS

As estruturas organizacionais dos assentamentos rurais são comumente colocadas como grandes empecilhos para o desenvolvimento local sustentável, em muitos casos porque as famílias não participam ativamente. No entanto, os arranjos institucionais das áreas reformadas são exigências do Estado, desconsiderando-se que antes das instituições formais criadas havia instituições informais que organizavam a vida social e produtiva das famílias. Assim, realizar-se-á uma viagem exploratória nas estruturas organizacionais dos assentamentos São João II e Jacu.

2.1 ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DOS ASSENTAMENTOS DO INCRA E DO CRÉDITO FUNDIÁRIO

Existem pelo menos três aspectos que permeiam a implantação de Projetos de Assentamento, a organização social; a propriedade da terra, as dimensões e o número de famílias assentadas. Os quais se diferenciam de acordo com as formas de aquisição. No que se refere à forma de organização, os Assentamentos são organizados em associações comunitárias, fator imprescindível para legitimação do assentamento, uma vez que cria representatividade junto ao Estado.

No que concerne à propriedade da terra, os assentamentos do Crédito Fundiário, a associação torna-se proprietária da terra mediante financiamento. Desta forma a responsabilidade do uso do solo é da própria associação. Por outro lado, os assentamentos do INCRA são detentores apenas da posse da terra, determinada através de um termo de posse concedido pelo INCRA. A propriedade, para efeitos de lei, pertence à União. Sendo assim, a responsabilidade pelo uso do solo é do INCRA, ficando a associação responsável de informar qualquer tipo de intervenção.

O tamanho da área e número de famílias mostra-se bem diferentes. Uma vez que os assentamentos implementados pelo INCRA possuem dimensões maiores do que os do Crédito Fundiário, tendo suporte por um número maior de famílias. Para o desenvolvimento social e econômico que tem como meta a luta contra pobreza e a melhora da qualidade de vida da população rural, a estrutura local é uma área de atuação importante.

Assegurar condições para o desenvolvimento econômico sem comprometer a sustentabilidade do meio ambiente surge como o grande desafio para os assentamentos em estudo. Alguns fatores que agravam a vulnerabilidade das famílias no que se refere à conservação do ambiente em que vivem e ao qual deve garantir sua sustentabilidade atual e necessidades futuras, é a assistência técnica que poderia vir a contribuir com a implementação e manutenção de práticas adequadas de manejo do solo, água e cobertura vegetal.

Transformar essa situação significa dar condições mínimas e oferecer oportunidades concretas para que os assentados possam ter rentabilidade e competitividade para atingir objetivos concretos, como a melhoria da qualidade dos produtos colhidos, reduzir ao mínimo os custos unitários de produção e os danos causados ao meio ambiente, com uma perspectiva que abarque a esfera econômica social e ambiental, o que deve estar fortemente ligada às condições de vida. Conhecimento e habilitação devem vir antes de qualquer atividade produtiva.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

A partir da pesquisa de campo pode-se perceber que dentro de um mesmo movimento existem visões e discursos diferentes em relação às práticas ambientais e a questões relacionadas ao assentamento. Em ambos os assentamentos foram verificados impactos ambientais negativos decorrentes da desconformidade de uso atual da terra em relação a sua capacidade de suporte.

Assegurar condições para o desenvolvimento econômico sem comprometer a sustentabilidade do meio ambiente surge como desafio às famílias dos assentamentos São João II e Jacu. Neste contexto, mostram descuido com o sistema de manejo do solo, pois 100% dos entrevistados fazem uso da terra seguindo o sistema de manejo convencional.

No assentamento São João II algumas das principais atividades econômicas, a pecuária e agricultura, destinam-se à subsistência –sendo milho e o feijão os principais produtos – e na criação de animais (aves, bovinos e equinos, principalmente). Atendendo as necessidades de 73% dos entrevistados, os 23% restantes alternam suas fontes de renda entre agricultura, pecuária e aposentadoria (Gráfico1).

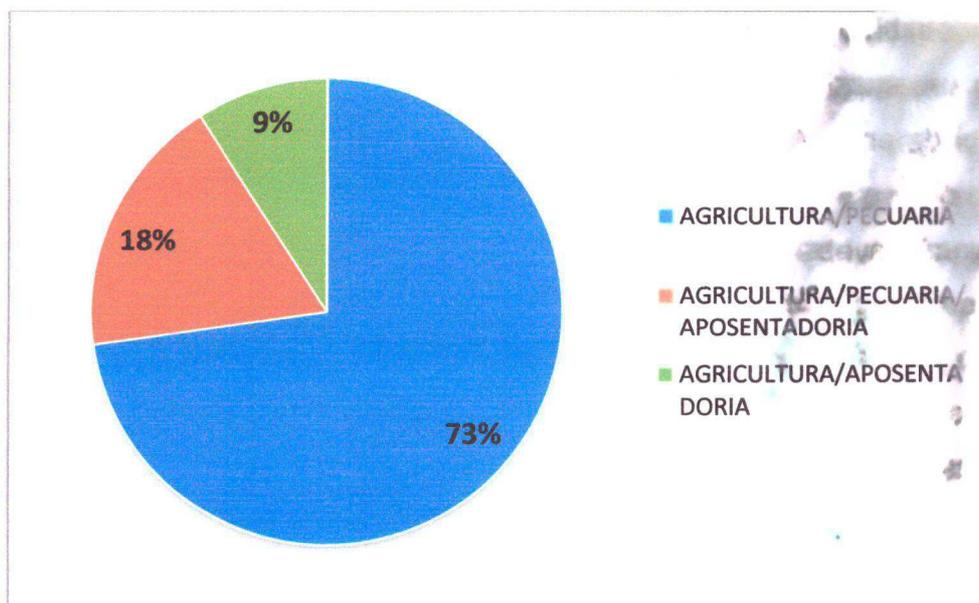


Gráfico 1 – Base de subsistência familiar do assentamento São João II

Já no assentamento Jacu essa dinâmica é bem mais complexa, uma vez que se apresenta um leque bastante extenso de atividades. Sendo as principais bases de subsistência, a agricultura e pecuária com 20% e agricultura/pecuária/programas assistenciais, aos quais corresponde 23% do total entrevistado (Gráfico2).

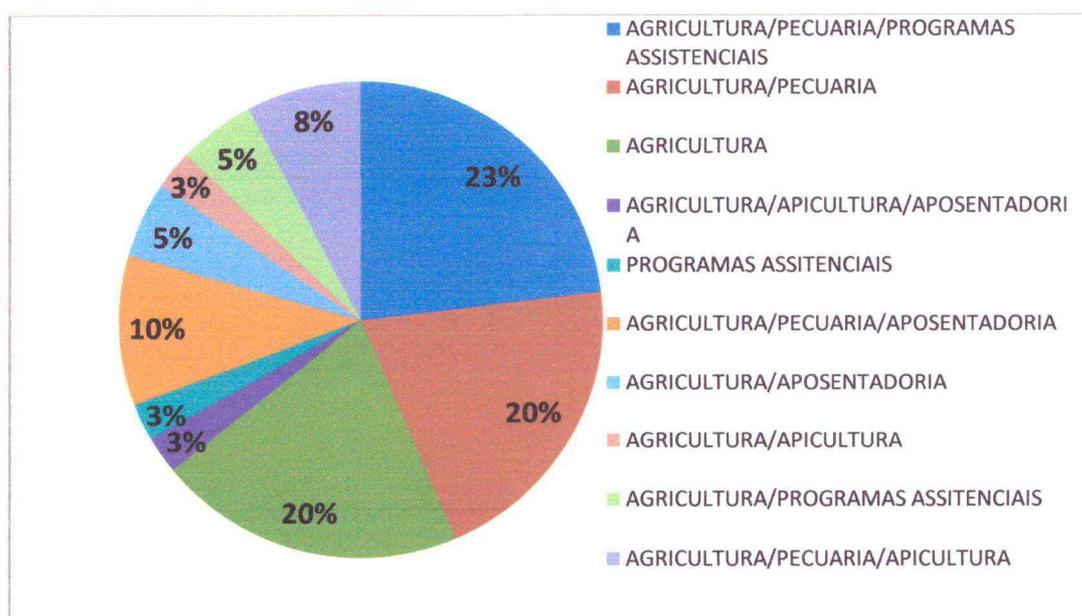


Gráfico 2 – Base de subsistência familiar do assentamento Jacu

A aplicação de sistema de preparo convencional, utilizando um grande número de operações que pulverizam e desagregam o solo pode não ser a intensidade de manejo que a terra suporta, a prática de revolver constantemente o

solo promove perdas da matéria orgânica, aumentando a densidade aparente, diminuindo a aeração e desta forma comprometendo o enraizamento da fauna edáfica e a infiltração de água.

Alguns fatores que agravam a vulnerabilidade das famílias no que se refere à conservação do ambiente em que vivem e ao qual deve garantir sua sustentabilidade atual e necessidades futuras, é a assistência técnica que poderia vir a contribuir com a implementação e manutenção de práticas adequadas de manejo do solo, água e cobertura vegetal disponível no assentamento. Contudo, apenas 9% do total dos entrevistados, no assentamento São João II têm acesso a este tipo de serviço, já no Jacu 97% têm esse serviço (Gráficos 3 e 4), fornecido pela Central de Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAASP).

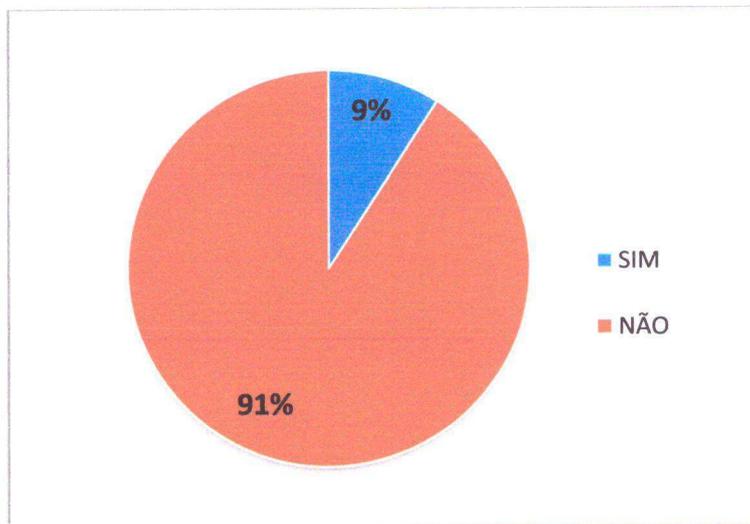


Gráfico 3 – Acesso a assistência técnica no assentamento São João II

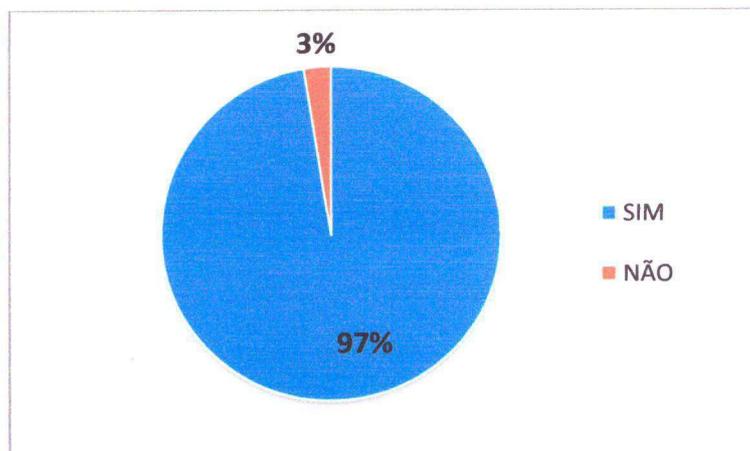


Gráfico 4 – Acesso a assistência técnica no assentamento Jacu

Outro agravante é a não execução de práticas de contenção de erosão tendo-se em vista que no São João II ninguém executa obras com este fim, diferentemente do assentamento Jacu, onde 37% dos assentados utilizam das práticas de contenção de erosões. Estes tipos de práticas permitem compor técnicas para correção eficiente dos mais diversos problemas ambientais no sentido de subsidiar a sustentabilidade econômica e ambiental aos sistemas de exploração agrícola. Estas técnicas buscam a diminuição dos volumes das enxurradas ou até a não formação das mesmas, através da infiltração e estocagem da água da chuva no solo.

Um aspecto importante relacionado à agricultura que deve ser discutido é a utilização de agrotóxicos, potencialmente nocivas, podendo ser cancerígenas, mutagênicas. Por isso, há uma crescente preocupação associada à sua presença no meio ambiente, devido os impactos causados na qualidade das águas superficiais e subterrâneas, no solo e no ar. Nesta perspectiva, o assentamento São João II mostra descuido, pois 91% dos entrevistados fazem o uso do agrotóxico, enquanto no Jacu 74% não utilizam (Gráficos 5 e 6).

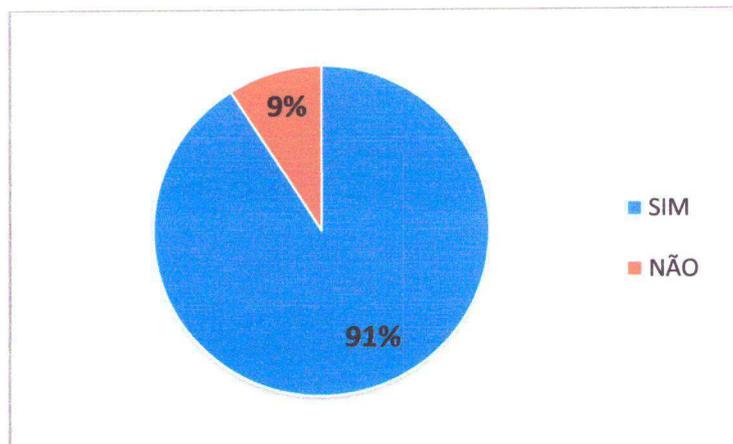


Gráfico 5 –Uso de Agrotóxico no assentamento São João II

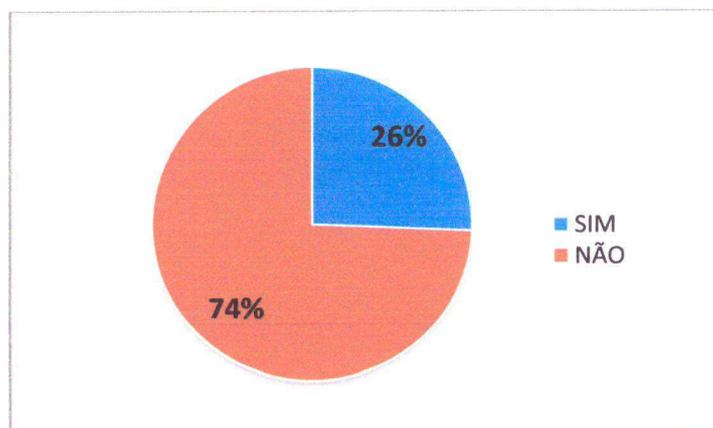


Gráfico 6 –Uso de Agrotóxico no assentamento Jacu

Uma outra preocupação deve-se ao descarte inadequado das embalagens dos agrotóxicos, o que levou o governo a criar uma lei que estabelece normas para recolhimento das embalagens, envolvendo não só o usuário, mas também o fabricante, que devem receber as embalagens e dar destinação adequada a elas, no entanto, nos assentamentos a devolução não acontece. No assentamento São João II, 10% dos entrevistados largam no campo, 90% queimam ou enterram, esse número no Jacu é de 70% (Gráficos 5 e 6).

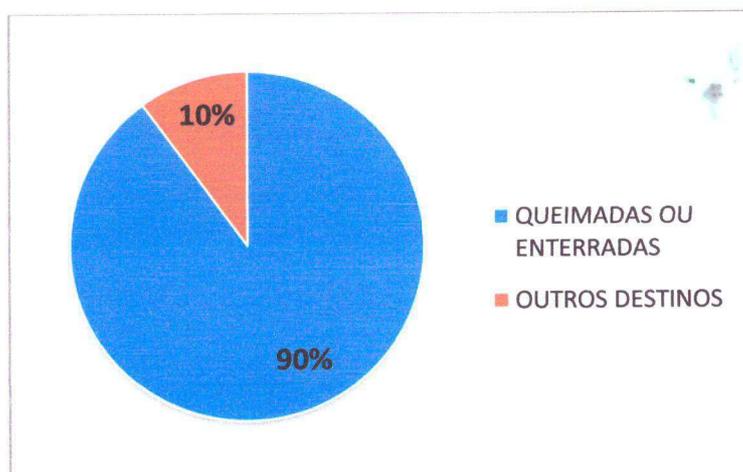


Gráfico 7 –Destinação das embalagens de agrotóxicos no assentamento Jacu



Gráfico 8 –Destinação das embalagens de agrotóxicos no assentamento São João II

Diante desta problemática, surgiram inteligentes alternativas de combate às pragas e doenças na agricultura sem contaminar os alimentos com substâncias nocivas à saúde. São os defensivos agrícolas orgânicos ou naturais, por serem de origem orgânica ou vegetal praticamente não são tóxicos, possuem custo reduzido para a aquisição e baixa a nenhuma agressividade ao homem e à natureza.

Nos dois assentamentos em estudo, apesar de **prevaler** a utilização de agrotóxico, aos poucos os produtores estão inserindo a **utilização dos defensivos** em suas atividades de agricultura. No assentamento Jacu **64%** dos assentados já utilizam os defensivos naturais em suas práticas agrícolas. No São João II esse número é de apenas 9% (Gráficos 7 e 8).

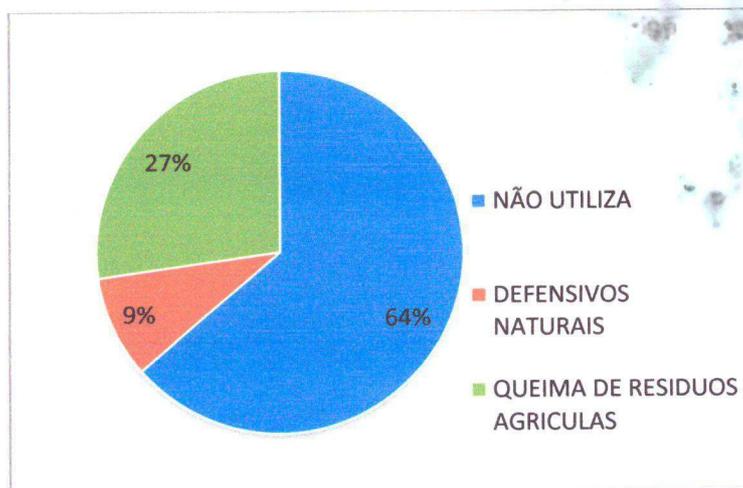


Gráfico 9 – Alternativa para o controle de pragas no assentamento São João II

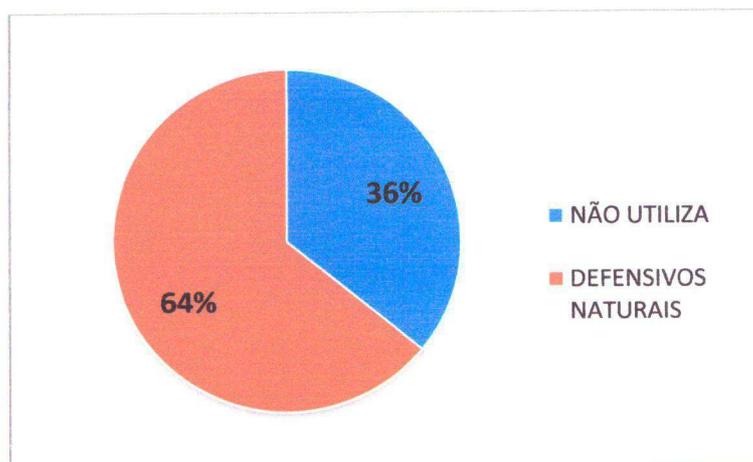


Gráfico 10 – Alternativa para o controle de pragas no assentamento Jacu

Uma estatística importante dos assentamentos diz respeito aos conflitos ambientais relacionados à exploração dos recursos naturais, particularmente aqueles de uso comum. Não resultam da falta de uma consciência ambiental por parte dos assentados, mas podem ser associadas à incerteza dos direitos de uso existentes naquele momento.

No caso do assentamento São João II os conflitos que 36% dos entrevistados julgam existir (Gráfico 11), dizem respeito à utilização de áreas de pastagens e

acesso aos recursos hídricos. O caso mais sério existente no São João II é a utilização da Área de Reserva Legal para o pastejo do gado, o que acaba gerando um impasse muito grande entre os que possuem os animais e os que não possuem. Pois se esta área possui um cunho coletivo, todos têm direito a ela, então se alguém tem duas vacas e coloca na área de reserva, aquela que não tem nenhuma ou tem só uma, acha-se no direito de vender sua cota excedente a outra pessoa.

No assentamento Jacu por sua vez, os conflitos existentes, para 31% dos assentados (Gráfico 12), estão relacionados ao modo com que lidam as questões ambientais, uns mais cuidadosos adotam em suas atividades práticas menos agressivas ao meio, enquanto outros não se importam com a situação. Então, basicamente os conflitos ocorrem na busca de um meio ambiente mais sadio, sem utilização de agrotóxicos, disposição inadequada dos resíduos sólidos, dentre outros.

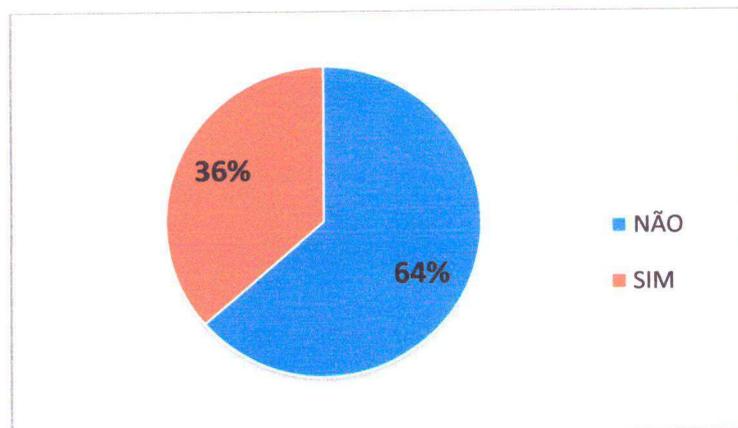


Gráfico 11 –Existência de conflitos ambientais no assentamento São João II

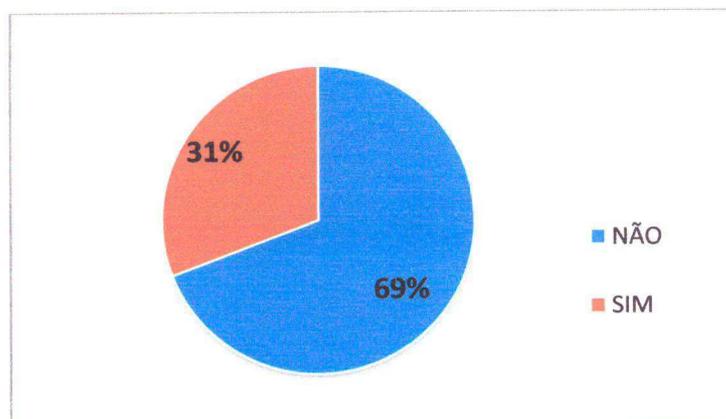


Gráfico 12 –Existência de conflitos ambientais no assentamento Jacu

Em meio a tudo isto, eis que surgem as instituições, que atuam junto às comunidades na regulação de acesso e uso dos recursos, bem como na mediação dos conflitos. No assentamento São João II, no entanto, apesar de reconhecerem totalmente a grande importância que representa a associação, 27% dos assentados nunca participam das atividades desenvolvidas pela associação, 9% participam às vezes e 64% participam sempre (Gráficos 13 e 14). Os números são reflexos dos conflitos existentes dentro do assentamento, onde o grupo não participativo alega não ter espaço para decisões coletivas.

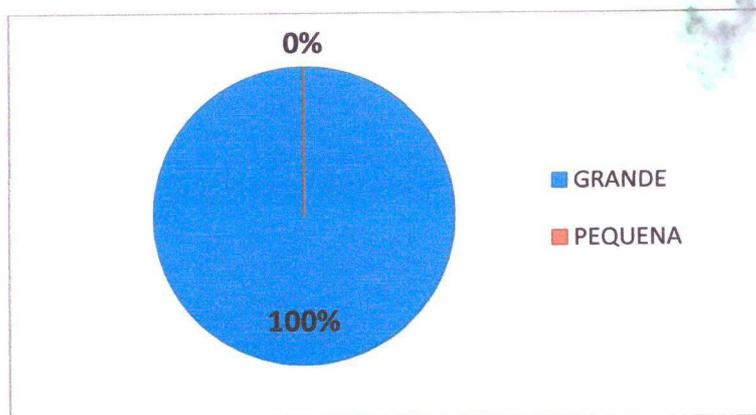


Gráfico 14 –Grau de importância da associação dentro do assentamento São João II

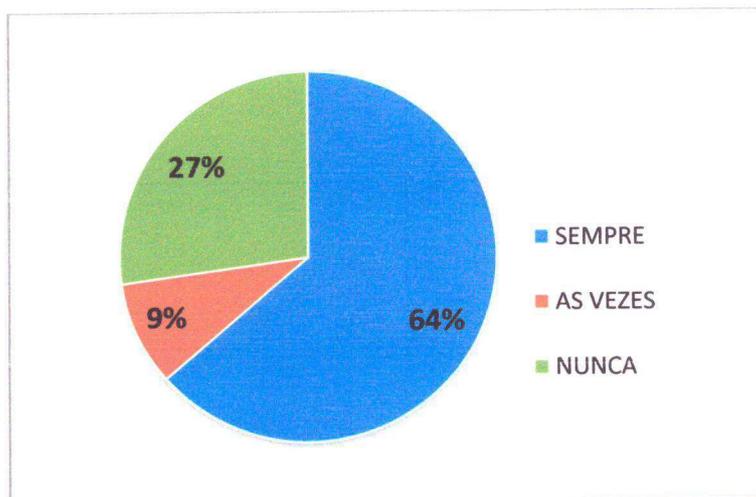


Gráfico 15 –Participação em atividades da associação no assentamento São João II

Já assentamento Jacu, 97% dos entrevistados no acreditam ser grande a importância da associação dentro do assentamento, enquanto apenas 3% julgam essa importância pequena (Gráfico 15), os números são refletidos na frequência com que participam das atividades desenvolvidas pela associação, segundo 87%

dos entrevistados, sempre participam das atividades coletivas e 13% participam às vezes (Gráfico 16).

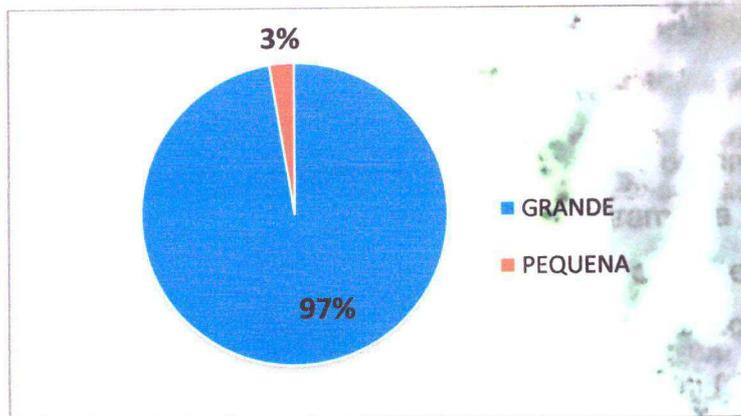


Gráfico 15 –Grau de importância da associação dentro do assentamento Jacu

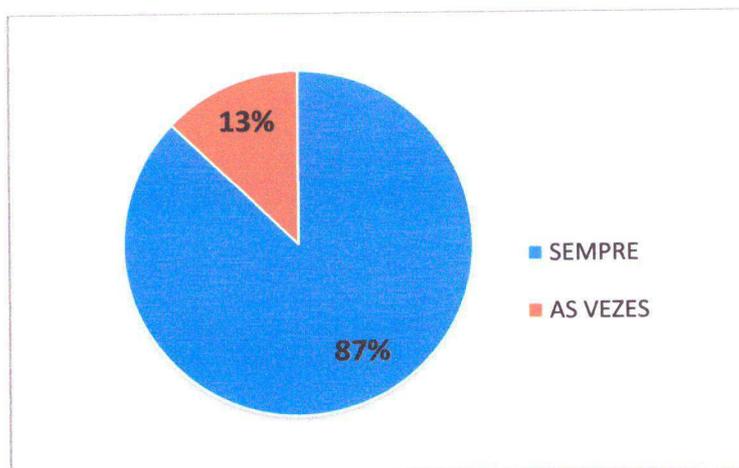


Gráfico 16 –Participação em atividades da associação no assentamento Jacu

Os dados apresentados mostram que a questão ambiental para os assentados está presente na percepção da perda de qualidade dos solos e da água. E que os assentados vêm nas suas associações à solução para os problemas socioambientais, e assim, alcançar um desenvolvimento econômico e ambiental amplo, que contemple todas as famílias e que agrida pouco o ambiente.

CAPÍTULO III ESTRÁTEGIAS VOLTADAS ÀS PRÁTICAS AMBIENTAIS SUSTENTÁVEIS

O desenvolvimento rural sustentável emerge a partir do final da década de 1980, como referência principal para se pensar em, programar e tornar possível a agricultura familiar no Brasil, o que também posteriormente, ocorreria nos assentamentos de Reforma Agrária: na área das políticas públicas estabelecidas para esse setor (INCRA, 2000), através dos movimentos sociais rurais e instituições representativas do homem do campo, bem como as inúmeras produções no mundo acadêmico.

A partir do Relatório Brundtland de 1987, “Nosso Futuro Comum”, que defini o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”, o conceito de sustentabilidade vem ocupando importância crescente nos debates sobre desenvolvimento. No entanto, Neto (2005) afirma que uma das formulações mais comuns é o destaque dado às ações locais como as que propiciam condições adequadas de tratamento entre a preservação do meio ambiente e as políticas de desenvolvimento econômico e social.

As experiências concretas em torno da ideia de desenvolvimento local sustentável, tendo a agricultura familiar como eixo produtivo básico, espalhadas pelo País e, principalmente, nas áreas de reforma agrária, pode significar muito mais do que, apenas, ações supletivas e compensatórias para amenizar o processo e as consequências da exclusão social existente no Brasil. Pode significar um esforço de produzir sentido para essas experiências, como oportunidade de exceder o caráter simplesmente de reivindicação frente ao Estado e assumir o desafio de exercitar estratégias de novas possibilidades de organização, gestão e avaliação da vida produtiva, social, política, cultural e ambiental (NETO, 2005).

Pesquisar cada uma dessas práticas com enfoque nas alternativas que possam apresentar, por mais singelas que possam representar na busca de novas relações sociais, econômicas e ambientais, tem sua relevância no campo político e acadêmico, pois são essas práticas singelas e pontuais, cada uma com suas

limitações, que fomentarão o entendimento das melhores condições de viabilidade da luta dos produtores rurais pela superação de seus dilemas.

Nesta perspectiva, as atividades descritas como sendo incentivadoras para as boas práticas ambientais nos assentamentos São João II e Jacu dizem respeito às atividades desenvolvidas através do Projeto “Estímulo à inovação produtiva, ao manejo sustentável de recursos naturais e à cooperação em assentamentos do Sertão paraibano”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O projeto tem como metas, promover a integração entre a universidade, as famílias dos assentamentos São João II e Jacu e a sociedade em geral para refletir e discutir as necessidades, dificuldades e possíveis soluções relacionadas aos problemas que afetam o meio ambiente; incentivar a produção de novas ideias e posturas significativas frente aos problemas ambientais. Desenvolver uma relação em que o indivíduo faça parte do mundo e não apenas esteja nele, é essencial, e a educação ambiental é que faz este despertar.

A metodologia é subdividida em etapas, que contemplam: formação, capacitação e atividades de campo. Todo o planejamento das ações se dá em forma de reuniões, assembleias, oficinas, espaços importantes para realizar discussão que tratam da temática ambiental, por meio da Educação Ambiental. A educação ambiental nos assentamentos visa contribuir para a solidificação da autonomia dos assentados e colaborar para uma maior integração destes com o meio ambiente, contribuindo para a melhoria das condições de vida.

A proposta de Educação Ambiental envolve a capacitação dos assentados, buscando transformá-los em multiplicadores, através de palestras que trataram:

a) **A importância das águas** em quantidade e qualidade para minimização dos riscos associados à veiculação hídrica, sempre tendo como referencial as peculiaridades de cada assentamento e seus dilemas, propositalmente incentivando-os a fazerem as mudanças em suas comunidades. Tornando-os protagonista de sua história, o que já será um grande passo para a autogestão;

b) **O uso dos agrotóxicos nos assentamentos**, destacando suas consequências para o meio ambiente e para a saúde do homem e, que, sem qualquer tipo de fiscalização, gera problemas de dimensões desconhecidas. Fazendo com que eles vissem que mesmo que os agrotóxicos sejam usados de

modo correto e criterioso, acabam por acarretar danos ao meio ambiente, tais como, contaminação do solo e da água;

c) **Uso e a conservação do solo**, a educação contribuiu efetivamente para esse processo, uma vez que ela ofereceu instrumentos objetivos para elaborar valores, condutas e atitudes. Através do entendimento de que o solo é um componente indispensável do meio ambiente e essencial à vida, que deve ser conservado e protegido da degradação. O objetivo geral foi criar, desenvolver e concretizar a sensibilização de todos em relação ao solo e promover o interesse para sua conservação, uso e ocupação sustentáveis.

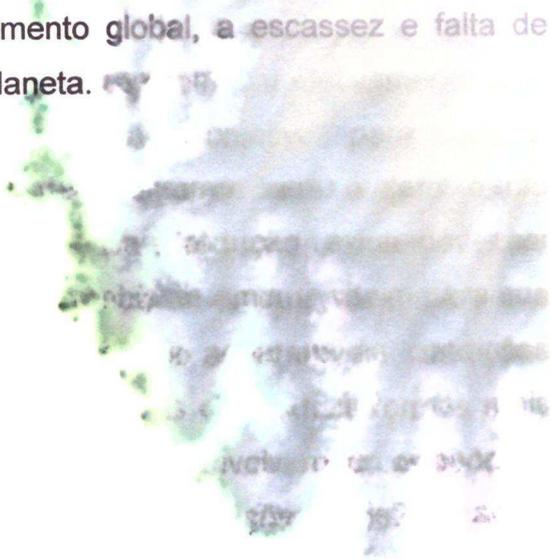
d) **Destinação final dos resíduos sólidos**, tendo em vista que corresponde atualmente, a um dos principais problemas das sociedades modernas. O processo de educação envolveu informações objetivas e orientações para a participação das comunidades. Foi relacionada com objetivos e metas específicas sobre como aqueles grupos deveriam proceder na segregação dos resíduos para coleta seletiva, enfocando, quais procedimentos são mais adequados à destinação final e outras informações importantes. Envolveu campanhas de mobilização a fim de explicitar a necessidade de racionalizar o consumo promovendo a não geração, além da redução, reutilização e reciclagem.

A prática da educação ambiental nos assentamentos São João II e Jacu propiciaram o engajamento das pessoas da comunidade no processo de transformação social e ambiental, para que adquirissem uma nova conduta e conseqüentemente qualidade de vida para a população local. Houve uma sensibilização das comunidades locais quanto ao uso sustentável dos recursos ambientais, favorecendo a mudança de postura diante de decisões que afetem a qualidade dos meios físicos naturais e sociais.

As atitudes comportamentais de preservação ambiental serão atingidas se a população absorver sem imposições, os valores positivos em relação ao meio ambiente. O trabalho educativo nos assentamentos promoveu forte impacto no desenvolvimento dessas comunidades, não do ponto de vista produtivo, mas do social e familiar, o que contribui para esclarecer e fortificar as ideias da agricultura familiar sustentável.

Vivenciaram-se, por meio das atividades educativas desenvolvidas nos assentamentos, consideráveis mudanças na percepção dos assentados relativas ao uso da terra, verificando-se uma conscientização acerca das ameaças reais ao meio

ambiente, que apresenta nítidos sinais de esgotamento, com a contaminação dos recursos hídricos, a desertificação, o aquecimento global, a escassez e falta de água, que comprometem a sobrevivência no planeta.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diversas situações, os assentados demonstraram certo entendimento sobre os problemas causados sobre o modo de produção existente, eles reconhecem que dependem das características do ambiente em que vivem para sua sobrevivência, seja por razões de sustento ou por vida adaptada às condições naturais e que, portanto seriam necessárias novas formas de produzir formas mais sustentáveis e bem coordenadas para se atingir um desenvolvimento econômico que atinja a todos, por isso julgam tão importantes as associações, pois elas agem nesse processo de coordenação das ações dentro de suas localidades.

No entanto, o que se vê hoje é que as atitudes das pessoas residentes nos assentamentos São João II e Jacu são originados da sua história de vida, dos seus interesses, de seus valores e conhecimentos sobre o meio. Ou seja, apesar de reconhecerem a consequência de algumas de suas atitudes, para o meio ambiente, para o desenvolvimento local, eles não buscam aplicar os conhecimentos, fornecidos geralmente em suas atividades, não por medo e nem por desvalorizarem este conhecimento, mas por estarem presos as estruturas e modelos tradicionais. Então inserir novas técnicas de produção e criar um modelo organizacional o qual proponha outro foco de desenvolvimento é para eles se não indesejável não cômodo.

Nos dois assentamentos visitados, foi possível perceber a importância de valorizar as práticas sustentáveis, não apenas no que tange à questão ambiental e dos recursos ainda disponíveis, como também no que se refere à atuação da associação e seus associados voltados ao desenvolvimento econômico, levando em consideração os diferentes aspectos sociais e culturais da população. Constata-se, portanto, que os assentamentos necessitam de um acompanhamento para se tornarem sustentáveis econômica e ambientalmente.

Transformar essa situação significa dar condições mínimas e oferecer oportunidades concretas para que os assentados possam ter rentabilidade e competitividade para atingir objetivos concretos como a melhoria da qualidade dos produtos colhidos e reduzir ao mínimo os custos unitários de produção, com uma perspectiva que abarque a esfera econômica e social, em que a ascensão da renda

deve estar fortemente ligada às condições de vida. Conhecimento e habilitação devem vir antes de qualquer atividade produtiva.

A sustentabilidade econômica para ter sucesso depende diretamente de conhecimento básico, ou até profundo, sobre determinada atividade, que envolva a esfera ecológica e política ao mesmo, no sentido de preservar os recursos naturais existentes. Por fim, a mitigação ou redução dos impactos ambientais causados pelas atividades agropecuárias apresenta-se como um aspecto indispensável para o seu desenvolvimento sustentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. F. **O desastre seca x políticas públicas. O semi-árido rural paraibano: um estudo de caso.** 2004. 200f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande (PB), 2004.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. et al. A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 97-139.
- BORGES, J. R. P. **A exclusão social no processo de interiorização do desenvolvimento paulista: um estudo de caso sobre as famílias ribeirinhas do Tietê, Piracicaba e Paranapanema.** 1997. 133f. Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1997.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CANTERLE, N. M. G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento.** Francisco Beltrão (PR), Unioeste, 2004. Disponível em: <www.unioeste.br>. Acesso em: 01jan.2012.
- COELHO, S. L. **Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo.** Porto: Universidade do Porto, 2008. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54835/2/ISWP292008000122787.pdf>>. Acesso em: 12 dez.2011.
- ELSTER, J. **Peças e engrenagens das ciências sociais.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERNÁNDEZ, A. J. C. e FERREIRA, E. C. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 187-226.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília, 2000.
- KERSTENETZKY, C. L. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.53, p. 131-142, out. 2003.
- LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: EDUNESP, 2004.
- LEONELLO, J. C; COSAC C. M. D. O associativismo como alternativa de Desenvolvimento local e sustentabilidade social. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO, 6. Marília. **Anais...** Marília: Gráfica Massoni, 2008.

LOPES, E. S. A. et al. Organização produtiva dos assentamentos rurais do Estado de Sergipe. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Org.) **Assentamentos rurais**. mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 229-269.

MALAGODI, E. A. e ARAÚJO, P. L. A organização da produção e os desafios do desenvolvimento nas áreas de assentamentos de reforma agrária. In: DUQUE, G. et al. **Agricultura familiar: a diversidade das situações rurais**. Campina Grande: GPAF/PPGS/UFPG, 2005. CD-ROM.

MATUK, F. A. et al. Relações socioespaciais em assentamentos rurais: conflitos entre o planejamento e a realidade do espaço vivido. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA: GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA E AS DINÂMICAS DE APROPRIAÇÃO DA NATUREZA, 13. Viçosa. Anais... Viçosa, 2009. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalho12.html>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

MIRANDA, R. S. **Desempenho institucional e a superação dos dilemas sociais em assentamentos do semiárido paraibano**. 2007. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2007.

MORAES, E. G; CURADO, F. F. Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS. SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAL E SÓCIO ECONÔMICOS DO PANTANAL, 4. Corumbá (MS). **Anais...** Corumbá, 2004.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBRUG, A. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: EDUFPR, 1998, p. 171-195.

MOURA, E. M. **Avaliação da disponibilidade hídrica e da demanda hídrica do trecho do rio Piranhas-Açúente os açudes Coremas-Mãe D'água e Armando Ribeiro Gonçalves**. 2007. 140f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

NABOZNY, A; RODRIGUES, D. **Associativismo rural: avanços e retrocessos no desenvolvimento socioespacial na comunidade de Guamirim – Irati/PR**. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 12, p. 264-286, ago. 2011.

NETO, I. G. **Assentamentos rurais e desenvolvimento: em busca de sentido – o Projeto Lumiar na Paraíba**. 2005. 386p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

NEVES, D. P. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVEIRA, A. R; HESPANHOL, A. N. O associativismo e o desenvolvimento territorial rural do Pontal do Paranapanema-SP. ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 3. Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre, 2010. Disponível em: <www.ufsm.br/gpet/engrup/iiiengrup/27.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2011.

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.

ROCHA, R. e APEL, M. **Onde estão os nossos sonhos?** Um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União. Petrópolis: **Vozes**; Rio de Janeiro: Nova, 1992.

SCHNEIDER, S; TARTARUGA I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista Raízes**, Campina Grande, vol. 23, nºs 01 e 02, p. 99-116, jan./dez. 2004.

SILVA, M. E. S; BARONE, L. A. Organização produtiva e associativismo em assentamentos rurais: uma ação de resistência e permanência. JORNADA DO TRABALHO: A IMPORTÂNCIA DA TEORIA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E A IMPRESCINDIBILIDADE DA PESQUISA PARA A MATERIALIZAÇÃO DA PRÁTICA EMANCIPADORA DA CLASSE TRABALHADORA NO SÉCULO XXI, 10. Presidente Prudente (SP). **Anais...Presidente Prudentes**, 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/anaisxjornadatrabalhos.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2011.

SILVA, M. P. N. S. **Assistência técnica e associativismo em assentamentos rurais do INCRA e do Crédito Fundiário**. 2009. 81f. Monografia (Bacharelado em Agronomia) – Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2009.

100
AÇÕES
ESTRATÉGIAS
EN
C

UFGG BIBLIOTECA



ANEXOS

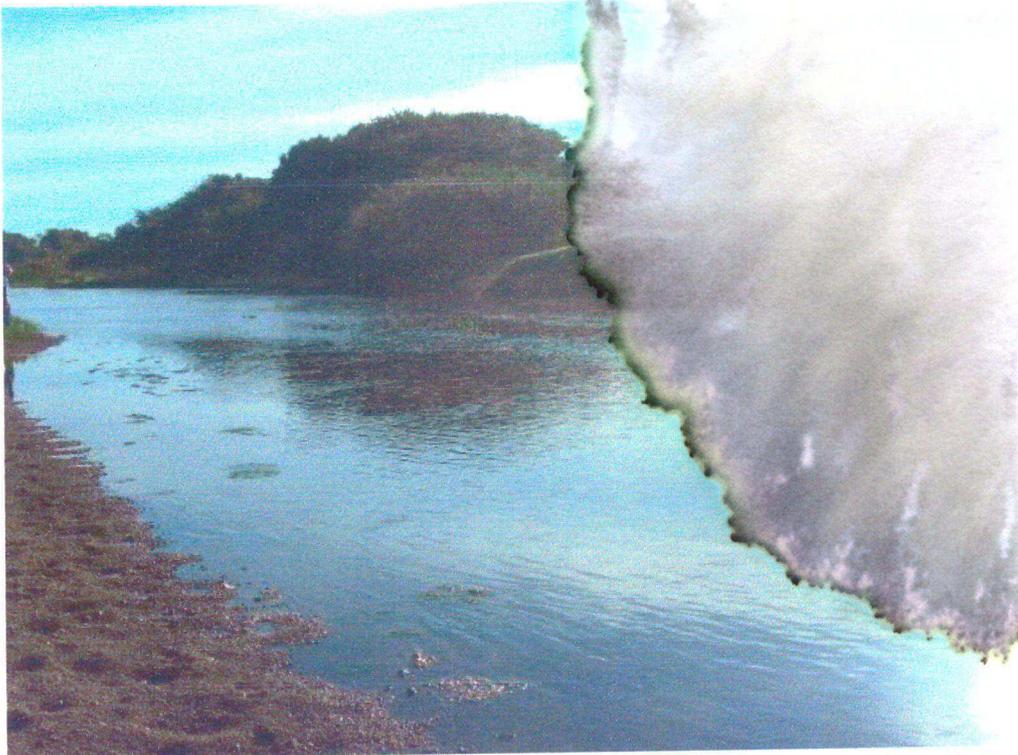


Foto 1 – Rio Piranhas, principal fonte de água do assentamento São João II



Foto 2 – Animais criados de forma extensiva



Foto 3 – Processo erosivo no assentamento São João II



Foto 4 – Disposição inadequada de resíduos sólidos no assentamento Jacu



Foto 5 – Reuniãocom moradores no assentamento Jacu



Foto 6 – Reuniãocom moradores do assentamento São João II



Foto 7 – Mutirão para coleta de resíduos sólidos no assentamento Jacu



Foto 8 –Capacitação em compostagem no assentamento São João II